

Outras Vozes

WLSA Moçambique
Women and Law in Southern Africa

Número 14
Maputo, Fevereiro de 2006



VEJA NESTE NÚMERO...



Sexualidade: uma história masculina



O sistema de administração de Justiça em Moçambique e os direitos humanos das mulheres



**Comunicado:
Não é controlando o vestuário das mulheres que se pode travar a epidemia do SIDA**



**3.5 FM:
Rádio Muthiyana**



Apresentando...

Rede Contra o Abuso Sexual de Menores – Moçambique (CAME)¹

Antecedentes

A Rede CAME foi criada em resposta às recomendações de Estocolmo de 1996 (I Congresso Mundial Contra a Exploração Sexual Comercial da Mulher e Criança). Desde essa altura, tem realizado diversas actividades, entre as quais se destacam as seguintes:

- 1999 – Estudo sobre “Prostituição, Abuso Sexual de Menores e Trabalho Infantil em Moçambique”: Maputo, Nampula e Tete;
- 2000 – Lançada a “Campanha Contra Abuso Sexual de Menores” em Ressano Garcia;
- 2001 – Seminário sobre “Tráfico de Menores na Realidade Moçambicana”;
- 2001 – Estudo sobre “factores de influência da violação dos direitos da criança, prostituição e abuso sexual de menores - Caso Ressano Garcia”;
- 2002/3 – Formação de 786 Agentes de Auxílio Humanitário sobre “abuso e exploração sexual de mulheres e menores no contexto de crise humanitária – emergência” em 23 distritos de 8 províncias com patrocínio da FDC, WFP, UNICEF, Save The Children UK;
- 2003 – Convidado pelo Governo a apoiar trabalho de Reforma Legislativa sobre a Criança;
- 2004 – Início do processo de capacitação institucional da REDE envolvendo parceiros.

Dimensão Moçambicana do Problema

Segundo a Rede, em Moçambique a situação do abuso de menores tem as seguintes dimensões:

- Tráfico de menores com fins de prostituição, turismo sexual, escravatura sexual e indústria de pornografia;
- Tráfico de menores com fins de extracção de órgãos humanos para venda ou rituais mágico-religiosos;
- Exploração de mão-de-obra infantil barata para trabalhos domésticos e agricultura;
- Abuso sexual doméstico perpetrado por parentes, afins, pessoas conhecidas tutelando os menores;
- Abuso físico na forma de espancamento por adultos;

- Abuso emocional na forma de palavras injuriosas, inadequadas que resultam na perda de auto-estima;
- Negligência dos pais no atendimento dos Direitos básicos dos menores: Registo de nascimento, acesso em tempo regulamentar ao ensino básico obrigatório, acesso à saúde, exposição de menores a riscos enquanto vendedores ambulantes, catadores de lixo e provedores de serviços nos cemitérios da cidade.

Visão da REDE face ao Problema

A Rede defende uma Sociedade Moçambicana na qual a criança participe no seu desenvolvimento, livre de qualquer forma de abuso. Assim, considera como sua Missão: “Mobilizar forças e criar sinergias na sociedade Moçambicana para melhor combater todas as formas de abuso de menores, através de acções de advocacia, educação e sensibilização respeitando os direitos da criança e rejeitando qualquer forma de discriminação, particularmente em relação ao género e idade”.

A rede pretende garantir o respeito dos Direitos da Criança e rejeição de qualquer forma de discriminação, particularmente em relação ao género e idade, bem como a integridade e a honestidade dos membros e liderança na gestão do bem comum, uma solidariedade activa e participativa para com a causa da criança.

Estratégia da REDE

A Rede tem por estratégias:

1. Mobilização directa e indirecta para o envolvimento de organizações e instituições a todos os níveis.
2. Produção de informação com vista a elevar o conhecimento dos problemas de abuso de

menores e propor soluções para reduzir a ocorrência de casos.

3. Consciencialização da sociedade sobre a necessidade desta participar activamente na prevenção de abuso de menores.
4. Estabelecimento de redes de trabalho (networking).

Parceiros da REDE CAME

São parceiros da Rede:

- ADCJM - Associação Desenvolvimento Comunitário da Juventude em Moçambique
- ADDC - Associação dos Defensores dos Direitos da Criança
- ANDA Manica
- ASHUDEC
- CERPIJ - Centro de Reabilitação Psicológica Infanto-Juvenil
- Cruz Vermelha de Moçambique
- FDC - Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade
- FECIV - Instituto de Educação cívica Eleitoral
- Juventude do Conselho Cristão de Moçambique
- KUBESSA
- Liga dos Direitos da Criança
- MONASO – rede de organizações de combate ao HIV/SIDA
- Muleide - Mulher, Lei e Desenvolvimento
- OJM
- OMM
- Organização Continuadores de Moçambique
- Prolide
- Rede da Criança
- Rede de ONGs Contra a Droga

Nota:

¹ Estes dados foram tirados das “Linhas Gerais do Plano Estratégico 2005-2010”.

APELO

O governo deve adoptar leis que elevem o nível de protecção das crianças contra novos tipos de crimes não previstos na lei em vigor. A reforma legal em curso é uma oportunidade única que temos para conseguir este objectivo.

A sociedade deve empenhar-se mais na educação das crianças para autodefesa e no encorajamento das instituições a lutar contra o abuso sexual e espoliação da criança.

Contactos

Rafa Valente Machava (Assessora) e Carlos A Manjate (Coordenador)

B. Sommershield, Rua Pereira do Lago, 147 S/L, Telefax: 21-491600

E-mail: antichildabuse@tv cabo.co.mz / antichildtrafic@tv cabo.co.mz

EDITORIAL

O desafio de completar a reforma legal

Neste ano de 2006, que está a iniciar, uma das tarefas que consta das agendas da maioria das organizações da sociedade civil implicadas na luta pelos direitos humanos das mulheres é a conclusão do processo iniciado em 1996 que visa rever toda a legislação nacional, de modo a responder ao imperativo de igualdade entre mulheres e homens, consagrado tanto na Constituição como nas convenções e outros instrumentos legais internacionais ratificados por Moçambique. Por outro lado, atendendo quer ao surgimento de novos fenómenos quer à maior exposição de problemas em relação aos quais antes havia maior tolerância, torna-se necessário legislar em áreas novas, onde o princípio da igualdade é uma exigência não negociável. Concretamente, espera-se ver concluídas a discussão e a aprovação das reformas legais do Código Penal e da Lei das Sucessões e Herança. Aguarda-se também a aprovação das propostas de lei sobre a violência doméstica e sobre as pessoas vivendo com HIV/SIDA, estas últimas por proposta da sociedade civil.

Tal como assistimos anteriormente, aquando da revisão da Lei de Família, estamos a contar com uma forte hostilidade por parte de alguns sectores, que reagirão à codificação dos princípios de igualdade entre mulheres e homens na lei. Note-se, no entanto, que estes mesmos sectores nunca se posicionaram contra a Constituição - tanto a de 2004 como a de 1975-, onde estes princípios estão inscritos. Como se a Constituição fosse uma coisa vaga, não vinculativa, que o país apresenta como um cartão de visita, mas que não tem intenção de cumprir. Portanto, se estes projectos de reforma legal forem avante este ano, mais uma vez vamos assistir a um forte debate público, o que tem a vantagem de criar a possibilidade de defender um ponto de vista e de dar a conhecer os problemas que afectam em concreto as mulheres, o só raramente tratados nos nossos órgãos de comunicação.

Um aspecto que aprendemos com a experiência, no entanto, é que quando se defende a igualdade de género, isso é visto como sendo uma luta das mulheres. Sem negar que somos sem dúvida as maiores interessadas e que nos cabe a responsabilidade primeira de desenvolver os nossos próprios combates, pensamos também que a busca de uma sociedade mais justa e solidária deve interessar todos os homens que se dizem empenhados na construção da democracia e de uma civilização de harmonia, de justiça e de saber. Afinal, as lutas pela igualdade têm a ver com ética e dignidade humanas.

Por isso, esta edição e as outras que se seguirão reflectirão esta preocupação central. Apresentamos neste número uma rede dedicada à luta pelos direitos das crianças e uma rádio comunitária que tem feito um excelente trabalho na divulgação dos direitos humanos das mulheres. Com estas duas contribuições queremos incentivar as/os leitoras/es do nosso boletim e activistas dos direitos humanos, a responderem aos apelos que são lançados e a utilizar este meio para divulgarem as suas mensagens e darem a conhecer as actividades que têm desenvolvido.

Gostaríamos igualmente de chamar à atenção para os dois artigos publicados: um discute o conceito de sexualidade, tão importante para perspectivar os direitos sexuais e reprodutivos, enquanto que o segundo se debruça sobre o funcionamento do sistema de justiça. As restantes matérias tratam de temas com interesse para o activismo ao nível nacional, regional e internacional.

Renovamos o convite para a colaboração com este boletim, que se quer que seja um meio e um instrumento na luta pelos direitos humanos.

WLSA MOÇAMBIQUE

Sexualidade: uma história masculina

Conceição Osório

Este artigo procura discutir o conceito de sexualidade através da apresentação dos vários debates teóricos em curso e é o produto de uma reflexão que acompanhou a realização do estudo piloto da pesquisa sobre identidades de género e sexualidade¹. O título resume as questões colocadas pelas Ciências Sociais na análise da dimensão da sexualidade na construção de identidades sociais, nomeadamente a ruptura com a hegemonia da perspectiva biológica. A redução da sexualidade aos factores anatómicos, tendência que dominou até à segunda metade do século vinte, em que os estudos sobre as representações e os comportamentos diferenciados de mulheres e de homens, assentavam na transposição para o campo social da diferença sexual, ocultando os processos e os mecanismos que modelavam em desigualdade pessoas de sexo diferente.

Neste artigo pretende-se mostrar a contribuição do feminismo académico para uma reinterpretção da sexualidade, fazendo interagir campos teóricos e desnudando através da análise dos discursos e das práticas sociais a dominação de uma visão androcática que ainda orienta e estrutura a linguagem e o pensamento científicos.

O conceito de sexualidade

Não existe hoje um conceito único de sexualidade. A dependência da estrutura metodológica das diferentes ciências e o seu “ocultamento” histórico não têm permitido a construção de um “tipo ideal” que possa reflectir sobre as diferentes realidades. Em muitas ciências, como a medicina, a sexualidade é utilizada com um sentido utilitário e prático, procurando-se mais estabelecer relações entre a doença, nomeadamente o HIV/SIDA, e os comportamentos dos indivíduos. Noutras, a sexualidade é reduzida a uma dimensão da identidade, não sendo tomada como objecto de estudo, com aparelhos conceptuais e metodologias que permitam ao “isolá-la”, estudar e perceber toda a sua pluralidade e complexidade. Os estudos feministas, embora também devedores das especificidades das diferentes áreas, contribuíram para restituí-la à história, tomando-a simultaneamente como resultado e como agente regulador da ordem (Heilborn, 1999).

São os trabalhos com/sobre o conceito de género (que antecedem os da sexualidade) que permitiram interpretar a realidade ao nível das desigualdades estruturantes das relações sociais entre mulheres e homens, alargando o estudo sobre as identidades e criando novos pressupostos e paradigmas. É o caso da pesquisa sobre sexualidade que na década de 90 do

século passado passa a incorporar no debate teórico a noção de sexualidade como fundamento das identidades, que até aí se restringia à interpretação biológica e essencialista. Isto é, a sexualidade não significa apenas práticas ligadas à reprodução e ao uso do sexo, mas corresponde e resulta de modelos culturais que impõem um padrão normativo sujeito à vigilância e à sanção social (Vance, 1995; Foucault, 1975). Se neste sentido a sexualidade não é universal, porque não é biologicamente determinada, é, contudo, se tivermos em conta uma análise de género, passível de alguma generalização, na medida em que a dominação masculina é transversal às culturas e histórias das sociedades.

Com o avanço dos estudos sobre HIV/SIDA e a procura de modelos de explicação para os sucessos e falhanços das campanhas de prevenção da pandemia, fica cada vez mais evidente, pese a multiplicidade de olhares sobre o problema, a necessidade de vincular a análise da sexualidade aos sistemas de género. Isto significa que as experiências da sexualidade de mulheres e homens respondem a necessidades e a fins diferenciados, necessidades e fins estes que conduzem não apenas a expectativas sociais diferenciadas, mas configuram papéis, funções e o modo como estes são socialmente classificados (Heilborn, 1999).

O sexo é, portanto, sempre social, sendo que mesmo o sexo biológico é uma construção científica que se fundamenta na desigualdade, como o demonstra a medicina e a biologia ao analisarem nas células os traços ideológicos identificadores da diferença sexual - o cromossoma masculino como “activo” e o feminino como “passivo”, ou o simples facto do feminino ser definido como ausência do masculino. A nossa compreensão do mundo e a nossa conceptualização está ligada a esta bipolarização sexual: cultura é masculina, natureza é feminina, economia masculina, consumo é feminino; o masculino designa poder, o feminino falta de poder (Laqueur, 1994).

Como se disse anteriormente, o debate teórico em torno da sexualidade tem sido feito em torno de duas posições: o essencialismo (a sexualidade ora se restringe a um mecanismo fisiológico ao serviço da reprodução, ora é a manifestação de uma pulsão de ordem psíquica) e o construtivismo (que procura perspectivar a sexualidade do ponto de vista da produção cultural em espaços e tempos históricos distintos) (Heilborn, 1999). É desta última abordagem que é devedora a teoria do feminismo da diferença, que ao acentuar a desigualdade como estruturante das relações sociais entre os dois sexos, reivindica para as

mulheres o direito à diferença. Com o argumento de que a diferença pode conduzir ao essencialismo, esta abordagem começa a ser questionada. No entanto, se é certo que a teoria essencialista faz depender os direitos da “natureza humana”, a não diferença, ao conformar as mulheres às funções e ao modelo masculino, negando-lhes, nomeadamente, a especificidade da sua sexualidade e remetendo-as, por exemplo, para a não maternidade, pode, na realidade, produzir mecanismos de conformação com as normas sociais impostas pelo patriarcado. Esta análise promoveria o esvaziamento do conceito de género, tomando a luta pela igualdade,

feministas concebe a sexualidade como construção, seja como dependente de factores que podem ser compreendidos e tratados isoladamente, seja na inter-relação com outros fenómenos ou campos científicos (Loyola, 1999). Nesta linha de pensamento destacam-se duas abordagens da sexualidade: o construtivismo autonomista em que a sexualidade aparece como categoria autónoma “desligada” de outros sistemas e subsistemas da realidade social e o construtivismo relacional que procura através da observação das experiências diferenciadas entre mulheres e homens, estabelecer os princípios fundadores da desigualdade e



apenas nos seus aspectos mais formais. É o que acontece com o feminismo marxista (ancorado no século XIX) que, adoptando a classe como único conceito legítimo para operar com as desigualdades sociais, acaba por ocultar a estrutura desigual e hierarquicamente masculina das sociedades. Falar em diferença está, pois, longe de ser essencialista (no que esta pressupõe de natural e irreduzível), mas pelo contrário corresponde a processos de diferenciação que resultam de experiências históricas e culturais diferenciadas.

Do ponto de vista das Ciências Sociais, a sexualidade como domínio da vida, depende da socialização, da aprendizagem de regras sociais que permitem que a actividade sexual possa ser legitimamente exercida. O sexual não se restringe assim à dimensão reprodutiva e psíquica. Embora se considere que os modelos de interpretação no campo da produção do conhecimento sobre a realidade social variam com o objecto e a metodologia de cada uma das disciplinas, é neste contexto de análise que a maioria das académicas

a sua relação com outras dimensões do social (Vance, 1995). Do ponto de vista da análise antropológica, alguns autores analisam a construção da masculinidade e da feminilidade a partir da ruptura com a concepção que confere à natureza humana a argumentação para a existência de atributos diferenciados (hierarquicamente classificados) das mulheres e dos homens (Lagarde, 1997).

Os estudos de Foucault centram a análise da sexualidade “nos saberes que sobre ela se elaboram, dos sistemas de poder que regulam a sua prática e das formas segundo as quais os indivíduos podem e devem reconhecer-se como sujeitos dessa sexualidade” (Foucault, 1986: 8) e questionam a visão estática do fenómeno, permitindo a inauguração de uma linha de pesquisa que confere à sexualidade um papel central para a compreensão das identidades. Esta abordagem, pondo a nu sistemas de dominação anteriormente ocultos pela concepção naturalista da organização social, nomeadamente da reprodução, não só relaciona campos tão diversos como o político, o cultural e o

económico, como revoluciona as teorias do poder. Este passa a ser constitutivo dos espaços onde se elaboram normas e práticas de controle social que, visando a manutenção da ordem ou a apropriação positiva das desordens, tem na sexualidade uma dimensão central.

No contexto actual da luta pelos direitos sexuais e reprodutivos, é interessante destacar nas sociedades contemporâneas o aparecimento de novos mecanismos de controle da sexualidade feminina. Por exemplo, em Moçambique, se nas sociedades rurais é ainda clara a relação entre sexualidade e reprodução (a ausência de relações sexuais durante a amamentação pressupõe a negação da sexualidade da mulher como sujeito), nas zonas urbanas a função materna do corpo das mulheres reveste-se de um grande valor simbólico: tendo mais possibilidades de domínio sobre o seu próprio corpo, seja através do controlo da natalidade, planeamento familiar ou aborto clandestino, as mulheres podem teoricamente deixar de ser condicionadas pelo ciclo de vida que as constringe à maternidade; no entanto, esta continua a ser o atributo central da identidade feminina. Esta situação é claramente visível no campo do poder político, onde as mulheres têm a sua capacidade de intervenção otimizada (e reconhecida socialmente) quando se trata de questões relacionadas com a reprodução, seja a reprodução biológica, seja a reprodução do modelo cultural, social e político.

Através do conceito de *habitus*², Bourdieu (1995) procura demonstrar como se produz a “in-corporação” das estruturas de dominação masculina na construção das identidades, tanto ao nível das representações e práticas, como das estruturas mentais que classificam essas representações e práticas sobre a sexualidade feminina. É neste contexto que a eficácia simbólica da subordinação feminina se traduz na existência de discursos e olhares (resultantes da apropriação do modelo) que pretendem re-situar em cada momento (através de uma “cumplicidade consentida”) o lugar das mulheres e dos homens.

No entanto, qualquer que seja a abordagem, o corpo é o ponto de referência da análise. O corpo revela e transmite com uma grande eficácia simbólica os valores e as normas que orientam os modelos de hierarquização social, cultural e política. Neste sentido, ao fornecer as aprendizagens, o corpo é um agente de cultura. Mas ele é também, ao ser sujeito à vigilância social, um “lugar prático de controlo” (Bordo, 1988). Esta análise tem como referência o trabalho desenvolvido por Bourdieu e Foucault no campo dos mecanismos de exercício da violência simbólica e do poder como acção sobre os comportamentos dos outros. Para estes dois autores, o corpo, os gestos e os sentimentos (na acção e reacção) são organizados em função de constrangimentos que aprisionam as mulheres e os homens numa visão totalitária e desigual das relações sociais, visando através do controle sexual e reprodutivo, hierarquizar papéis e funções. Foucault (1975) refere-se mesmo, ao analisar as diferentes

formas de opressão sobre o corpo das mulheres, à construção de “corpos dóceis” sobre o qual convergem as forças que modelam as identidades.

É deste ponto de vista, em que o poder é uma estratégia de acção sobre a acção, que podemos falar, entre o grupo etário dos adolescentes e jovens³, de arranjos, mais do que em mudança nas identidades. Arranjos estes que se traduzem em rupturas, desestabilização e novas reapropriações das disposições culturais que podem ou não levar ao questionamento do modelo de dominação, tanto no sentido da sua destruição, como no sentido da sua recomposição (na medida em que se procura apenas responder a uma crise do anterior modelo, mantendo como inalteráveis os seus fundamentos). Nesta linha, alguns autores salientam como as novas informações em interacção com a afectividade podem produzir aprendizagens e práticas que permitem mudanças no *habitus* (Bauleo, 1974). A construção da subjectividade que se faz assim através da experiência individual e colectiva e da apropriação de valores sociais deve ser entendida, em primeiro lugar, na sua articulação com as relações sociais e, em segundo lugar, com a capacidade dos sujeitos de reinterpretar a dominação e de agir.

Sexualidade e identidade

O carácter histórico e fundador (como explicação da desigualdade de género) da sexualidade é expresso no modo como ao longo dos tempos as sociedades foram atribuindo ao sexo biológico características identitárias (Lagarde, 1997). Quando olhamos para um passado próximo, como o século XIX e XX, vemos que doenças como a histeria, a agorafobia e a anorexia, consideradas desordens femininas, são construções ideológicas da feminilidade típica desses períodos; essas desordens estão de acordo com uma padronização do comportamento feminino, como se sobre essas doenças se espelhasse a identidade da mulher. Noções desenvolvidas pela escola freudiana descrevem a feminilidade como passiva, encantadora, emocionalmente instável (histeria) e caprichosa. Hoje, embora haja poucos estudos sobre o que é a feminilidade, constata-se que nas diferentes formas artísticas, expressas muitas vezes através do senso comum reflectido nas “revistas do coração”, continua a haver um ideal do corpo feminino directamente ligado à sua função sexual. Nos anos 50 a agorofobia representava o estereotipo cultural do papel sexual das mulheres (em casa, na cozinha, na cama) e a anorexia dos anos 80 apresenta um modelo de beleza, cujo exemplo mais paradigmático são os discursos sobre o “sucesso alcançado pelas mulheres magras” e as receitas culinárias e farmacêuticas que visam submeter o corpo das mulheres a regras tidas como fundamentais para o seu reconhecimento e inclusão social (Bordo, 1988).

Se atentarmos ao que se passa hoje em Moçambique, fica claro que, por exemplo, entre as jovens estudantes

universitárias ao mesmo tempo que se continua a privilegiar as virtudes tradicionalmente femininas, também se ensina a incorporar a linguagem e os valores masculinos, como a disciplina e o controle emocional. Os corpos femininos falam agora dessa necessidade das mulheres passarem a ter todas as melhores qualidades das gerações anteriores e todas as melhores características que os homens apreciam nos homens (Heilborn, 1999).

Se é verdade que hoje, como refere Foucault (1975), e ao contrário do que acontecia há dois ou três séculos, se fala sobre sexo, nas igrejas, nas escolas e nos meios de referência, o que se visa é menos pôr em causa os padrões de representação e o seu exercício, do que controlar (“policar” é o termo empregue pelo autor) e regular a sexualidade. Na esteira da interpretação foucaultiana, as académicas feministas Pintos e Solis (2001), aprofundam o debate da relação entre o corpo e poder. Para as autoras, o corpo feminino é o corpo colonizado, como lugar não autónomo onde o poder se exerce e se exercita. Sendo o corpo o lugar que interpreta, reinterpreta, reforça e pratica os valores da dominação masculina, é nele (na medida que avança a luta das mulheres pelos direitos sexuais) que o poder actua de forma mais agressiva. Não é por acaso ou apenas por que existe maior visibilidade da violação dos direitos humanos das mulheres, que tanto em sociedades ditas mais atrasadas como nas de maior desenvolvimento, se multiplicam os actos de violência contra as mulheres, particularmente a violação e a violência doméstica. O que está em causa, na realidade, é o controlo da sexualidade e a manutenção da subalternidade feminina.

Se a sexualidade é o resultado da apropriação pelo sujeito dos valores e normas, o corpo, ao mesmo tempo que é agente de cultura, é um objecto de construção, no sentido que recria e “trabalha” os mecanismos que legitimam a dominação. Portanto, o corpo articula o privado e o íntimo com o social, sendo nele e através dele que os saberes comuns, legitimados pelos saberes científicos, significam poder. É neste sentido que alguns autores revisitam o conceito de construção social em que “o corpo aparece como a interface entre individualidade, no que ela tem de mais único e o grupo, mas também entre a biologia e o social” (Détrez, 2003: 4). O corpo é, assim, um dado natural e um dado construído e modelado pela história, pela cultura e pelo género. As diferenças no processo de socialização de raparigas e rapazes, através dos saberes ensinados na família e na escola revelam, deste modo, o processo de construção social da anatomia dos sexos.

As representações actuais sobre a sexualidade das mulheres continuam a demonstrar que elas continuam a ser concebidas apenas no seu aspecto reprodutivo (heterossexual=natural=não sexualidade). Desde a antiguidade que a sexualidade/reprodução é um binómio obrigatório que regula a actividade sexual das mulheres decentes (o mesmo não se passa com os

homens em que a sexualidade pode ser exercida sem fim procriativo). O facto da sexualidade sem reprodução ser aceite para as prostitutas e para as mulheres mais velhas, não significa que estas tenham direito a uma sexualidade própria, mas sim que a sua sexualidade é colocada ao serviço do prazer masculino. Se já na Roma antiga, Deméter, a mãe, era apresentada e “classificada” como a mãe e mulher virtuosa em contraponto às mulheres desavergonhadas de Adónis, hoje ainda, em muitas sociedades, as mutilações genitais são tidas como manifestações culturais, mesmo naquelas sociedades que não as praticam e que se afirmam defensoras dos direitos humanos das mulheres. Assim, o controlo da reprodução só existe no quadro do controlo da sexualidade, ou seja, uma representação e um exercício não constringido da sexualidade constitui uma ameaça para o modelo cultural dominante.

No que se refere aos estudos sobre a construção das identidades sexuais dos jovens, há autores que partindo dos mitos que se constroem sobre as expectativas juvenis, procuram reflectir sobre as tendências de universalizar (através dos estereótipos) a construção da sexualidade (Laire, 2001). Este autor refere-se à mutação existente no seio da organização familiar das sociedades modernas e urbanas (p.e., famílias monoparentais) que ao provocar rupturas com os valores e as normas anteriores, potencia um aumento da precariedade na construção das identidades juvenis.

Recorrendo ao exemplo de novas comunidades de jovens (em torno da prática desportiva, discoteca, chat da Internet, etc.), Maffesoli (1995) considera que dado o carácter temporal e fluido dos meios de pertença, os códigos que estruturam os laços entre os jovens são marcados pela instabilidade. É neste sentido que, pese a precariedade destes grupos, o mesmo autor identifica os ritos (que podem ir desde o vocabulário, a maneira de vestir até aos lugares que frequentam) como características “tribais”. Para Maffesoli, o facto dos jovens se confrontarem simultaneamente com diversos valores produzidos nos diferentes meios, leva a que a construção identitária (que não é mais que a busca de sentido) seja realizada em/com sucessivas cristalizações, cuja natureza é, como o autor o afirma, “volátil”. Esta natureza volátil do processo de construção de si é o que outros chamam de “pluralismo radical” que se traduz na “radicalização das buscas, na flexibilidade adaptativa e no intercâmbio dos papéis” (Laire, 2001).

Numa outra perspectiva, os psicanalistas destacam como mecanismos centrais para uma construção desigual das identidades de raparigas e rapazes, nas sociedades modernas, a estruturação diferenciada da personalidade das crianças de sexo diferente, em que as meninas se constroem na sua relação com a mãe (o *self* em relação) e os rapazes por um processo de individualização (Chodorow, 1984; Meler, 1996).

Os estudos sobre sexualidade realizados no continente africano são objecto de análise por parte do sociólogo camaronês Rwenge Mburano (1999). As principais críticas do autor referem-se à limitação da maior parte dos trabalhos a jovens alunos no meio urbano, ao carácter descritivo e à ausência de uma metodologia mais rigorosa, como é o caso dos inquéritos que apenas permitem obter generalizações sem fundamento. Analisando a pesquisa realizada, o autor constata a existência de três tipos de abordagem da sexualidade e da actividade sexual entre os jovens urbanos em África: a primeira é o que Mburano classifica como sócio-cultural, que defende a relação entre desestruturação social (reflectida na ausência de controle social pela destruição das estruturas familiares tradicionais) e o início da vida sexual prematura e “descontrolada”. A segunda perspectiva é a económica que relaciona vida sexual, principalmente das raparigas, com estratégia matrimonial e pobreza (“sugar daddy”). A terceira abordagem, pouco representativa no continente, procura articular o início da actividade sexual com a importância que as políticas públicas conferem à situação dos jovens. Para o autor, os factores da modernização, incluindo a escola, os *media*, a origem social e o estatuto dos pais são variáveis determinantes na construção da sexualidade. O modo como estas diversas fontes se interagem e comunicam, na produção de valores complementares, influencia tanto o início da actividade sexual como a construção da identidade sexual entre os jovens na África Sub Sahariana.

Ainda no que se refere ao continente africano, têm sido produzidos recentemente um conjunto de textos que visam reflectir, numa perspectiva de género, as representações e o exercício da sexualidade. A análise dos silêncios sobre sexualidade constitui uma importante contribuição para a compreensão dos mecanismos e dos arranjos que o “encontro” de culturas e opressões provocaram na construção das identidades, nomeadamente, o cristianismo, o colonialismo e a função social da mulher nas sociedades africanas (Arnfred, 2004). Para esta antropóloga se, por um lado, existe uma relação entre o sistema religioso cristão e colonial e o modelo patriarcal, modelando a submissão da mulher aos valores e ao imaginário ocidental, por outro lado, permanece como central na organização dos papéis sociais das mulheres, a questão da utilidade social do corpo feminino. Isto é, o exercício da sexualidade apenas é legitimado e nesse sentido desoculto quando tem como finalidade a maternidade.

Esta questão remete-nos mais uma vez para a importância material e simbólica da fertilidade como factor de reprodução social, reprodução social esta que se faz pelo poder exercido no e pelo corpo das mulheres: o silêncio sobre sexualidade revela, na realidade, um ruído ensurdecido sobre a dominação de género. Por exemplo, no caso de Moçambique, a fertilidade/infertilidade são critérios que classificam

não apenas uma situação de ordem biológica mas constituem um elemento fundamental do modo como o poder se exerce. Em torno deste binómio (fertilidade/infertilidade) produz-se um discurso de sanções e de permissões (as mulheres depois da menopausa podem falar/transmitir os saberes “sexuados”), reveladores de uma representação em que se nega às mulheres, fora do contexto permitido pelo modelo cultural, o exercício da sexualidade.

Se as generalizações sobre género e cultura em África ocultam o confronto e a contradição necessárias ao rigor da análise de sociedades diferentes, há, no entanto, a necessidade de: i) por um lado, descartar a conotação espacial ligada a território; ii) por outro lado, pensar na cultura do ponto de vista dos mecanismos que a impõem. Isto significaria, por exemplo, na análise da sexualidade, ter em conta os seus múltiplos significados e conceitos e a sua dependência dos grupos e dos modelos culturais, sem contudo perder de vista a transversalidade das relações sociais de género, permitindo, assim, avançar com propostas teóricas mais ricas e menos conflituosas (p.e., entre Este e Oeste) (Jo Helle-Valle, 2004).

Conclusão

Como constatámos, os estudos feministas sobre a sexualidade têm permitido não só a abordagem teórica de novos campos da realidade social, mas dado uma contribuição notável para o desenvolvimento de políticas e estratégias que contribuem para a visibilidade da violação dos direitos humanos das mulheres e para a diminuição das assimetrias de género. O combate contra o HIV/SIDA em África é um exemplo claro de como só uma perspectiva que desnude a construção social da desigualdade de género, muitas vezes ocultada por argumentos culturais, pode tornar eficaz a luta contra a doença.

Notas:

¹ Estudo piloto que decorreu entre Setembro e Dezembro de 2005, com jovens das escolas secundárias da cidade de Maputo.

² Segundo Bourdieu, *habitus* é o resultado combinado dos dispositivos apropriados pelo sujeito durante os processos de socialização.

³ Que constituíram o grupo alvo da pesquisa.

Referências:

- Arnfred, Signe (2004), “Africa Sexuality”. Sexuality in Africa: Tales and Silences, In: S. Arnfred (org.), Re-Thinking Sexualities in Africa, Uppsala, Almqvist & Wiksell Tryckeri AB. pp.59-78
- Bauleo, Armando (1974), Ideologia, grupo y familia, Buenos Aires, Kargieman.
- Bordo, Susan (1988), O corpo e a reprodução da feminilidade: uma apropriação feminista de Foucault, In: Género, Corpo e Conhecimento, Rio de Janeiro, ed. Rosa dos Ventos. pp19-41
- Bourdieu, Pierre (1995), O Poder Simbólico, Lisboa, Gradiva.
- Chodorow, Nancy (1984), El Ejercicio de la Maternidad, Barcelona, Gedisa.
- Detrez, Christine (2003), La construction sociale du corps féminin, Paris, Le Seuil.
- Foucault, Michel (1975), Surveiller et punir, Paris, Gallimard.

Foucault, Michel (1986), História da Sexualidade, vol I, Rio de Janeiro, Graal.
Heilborn, Luísa (1999), Introdução: Ciências sociais e sexualidade, In: L. Heilborn (org) Sexualidade, Rio de Janeiro, Zahar Ed. pp. 7-20
Helle-Valle, Jo (2004), Understanding Sexuality in Africa: Diversity and Contextualised Dividuality, In: S. Arnfred (org.), Re- Thinking Sexualities in Africa, Uppsala, Almqvist & Wiksell Tryckeri AB. pp.195-210
Laire, Fernando (2001), Identidad Juvenil? La Insoportable Levedad del Ser: Aportes Para Renovar el Marco Teórico de los Estudios sobre Juventud, Rev. Mad, nº 4 (<http://rehue.csociales.uchile.cl/publicaciones/mad/04>).
Laqueur, Thomas (1994), La construcción del sexo, Madrid, Ed. Cátedra.
Largade, Marcela (1997), La sexualidad in los cautiverios de las mujeres: madreposas, monjas, putas, presa y locas, México, UNAM. pp.177-211

Loyola, Andréa (1999), A sexualidade como objecto de estudo das ciências sociais, In: L. Heilborn (org.), Sexualidade, Rio de Janeiro, Zahar Ed. pp. 31-39
Maffesoli, Michel (1995), Autour d'Anthony Giddens, In : Sociétés, nº 48. pp 85-120
Mburano, Rwenge (1999), Facteurs Contextuels des Comportements Sexuels: le Cas des Jeunes de la Ville de Bamenda (Cameroun), Rapport de Synthese N° 40, Cameroun (<http://www.uaps.org>).
Meler, Irene, (1996), La querella psicoanalítica por las mujeres. El debate sobre la sexualidade feminina, Espacios Temáticos (<http://www.psicomundo.com/foros/genero/querella.htm>).
Pintos, Begoña; Solis, Cristina (2001), El Cuerpo Contra- Puesto, Discursos Feministas Sobre La Violência Contra Las Mujeres, In: VIII Congreso De Sociologia, Salamanca.
Vance, Carol (1995), A antropologia redescubre a sexualidade: um comentário teórico, Phisis, Revista de Saúde Coletiva, vol 5, nº 1. pp. 7-31

WLSA Moçambique Resultados de Pesquisa

O sistema de administração de Justiça em Moçambique e os direitos humanos das mulheres

O texto que a seguir se apresenta é extraído do livro da WLSA Moçambique, “A Ilusão da Transparência”, publicado no ano 2000 e é resultado da pesquisa que se realizou durante os anos de 1998 e 1999, sobre o sistema de administração da justiça numa perspectiva de género, que se mantém ainda muito actual.

Este trabalho correspondia à IV fase de pesquisa e deve ser visto na continuidade da investigação realizada desde 1989.

Autores: Maria da Conceição Osório, Eulália Temba, Ximena Andrade, André Cristiano José

Apresentação da pesquisa

Tomando como objecto o sistema de administração da justiça visámos explicar de que modo o actual sistema de administração da justiça moçambicano constrange (ou não) o acesso da mulher à justiça e como a gestão dos conflitos nos tribunais é resultado de uma combinação entre as representações e as práticas sociais dos agentes de justiça com o conteúdo da Lei.

Considerando a importância de se conhecer a natureza dos conflitos que envolvem mulheres e o seu lugar da produção e resolução, a pesquisa teve em conta não apenas o estudo dos tribunais judiciais mas também as instâncias que, ao nível da realidade social, são determinantes na gestão dos conflitos. Deste modo,

constatámos que os tribunais comunitários, a OMM, a polícia, as chefias tradicionais e outras instâncias têm um importante papel na estabilidade social.

Tendo como campo de análise diferentes contextos sócio-culturais e meios de pertença, foi possível compreender como o reconhecimento social de diferentes espaços produzem diferentes legitimidades, isto é, campo da justiça em Moçambique é heterogéneo e diverso. Por outro lado, obtiveram-se evidências de que o acesso da mulher à justiça formal é constrangido não apenas pela dificuldade dos mecanismos processuais ou do conhecimento da Lei mas fundamentalmente por um modelo que ao produzir a desclassificação social dos conflitos que envolvem

mulheres (principalmente no âmbito privado) limita a visibilidade da queixa.

Do ponto de vista teórico-metodológico foi nossa intenção neste trabalho convocar contribuições multidisciplinares de modo a pôr em diálogo diferentes perspectivas e abordagens. A teoria feminista utilizada privilegiou a harmonização do feminismo universal, no sentido da igualdade de direitos com o feminismo da diferença, ou seja, com as especificidades identitárias que caracterizam e identificam o comportamento feminino, na sua variedade e complexidade.

Resultados e conclusões

A variedade das situações encontradas, tanto no que respeita ao acesso à justiça por parte da mulher como ao reconhecimento social das diferentes instâncias de dirimção de conflitos, depende de factores que procurámos caracterizar ao longo do nosso relatório. A eficácia (ou não) da instalação do poder de Estado nalgumas áreas do país, a guerra civil, a dependência económica das instituições internacionais e as alterações no sistema político (com reflexos no campo da justiça) no início da década de 90, tiveram como resultado a existência de contextos muito diferenciados de gestão dos conflitos. Por estas razões, o sistema judicial moçambicano, ao mesmo tempo que procura incorporar na legislação, primeiro, elementos de uma organização revolucionária da justiça e, mais tarde, componentes de um sistema moderno de tipo ocidental, mantendo ainda como suporte o corpus jurídico colonial, sofre da ambiguidade conflitual própria deste conjunto de indefinições. É assim que as comunidades, em todo o país, foram-se apropriando de formas tão diferenciadas dos mecanismos de acesso à justiça, produzindo diferentes e, por vezes, contraditórias legitimidades. Deste modo, no norte e centro do país, o fim da guerra e a introdução de um sistema multipartidário visibiliza e reforça o poder das autoridades tradicionais, esvaziando os órgãos do Estado e até as organizações (OMM e Grupos Dinamizadores do partido no poder) que, durante muitos anos, foram considerados importantes instrumentos de gestão de conflitos.

Por outro lado, no sul do país, há, por razões já referidas anteriormente, um domínio claro, na forma como se administra a justiça, das estruturas governamentais e do partido. Mas se as instâncias da administração da justiça são diferentemente reconhecidas e legitimadas, os conflitos que envolvem as mulheres são, quase na totalidade, produzidos na esfera doméstica e apenas são trazidos para o espaço público da justiça quando estão esgotadas todas as formas de resolução ao nível das famílias. Do mesmo modo, as formas como se dirimem os conflitos, em todas as instâncias da justiça (quer as do sistema formal, quer as do sistema informal) são orientadas pelo modelo patriarcal que submete a mulher à desigualdade de direitos.

Procuraremos nestas conclusões, encontrar as regularidades que no sistema de administração da justiça, possam contribuir para um maior conhecimento do seu funcionamento e para a organização de propostas da reforma legal.

Sobre o sistema e o seu funcionamento

O sistema judicial moçambicano ainda está em vias de experimentação e de consolidação. Sem dúvida que ainda se está para encontrar um sistema ideal para a realidade moçambicana. Até agora, acarretando consigo todos os defeitos e virtudes, vigoraram no país sistemas “importados”. A adequação do sistema judicial ao contexto moçambicano passa necessariamente pela realização de estudos multidisciplinares sobre a realidade do país, envolvendo um largo debate público.

O desempenho efectivo dos tribunais judiciais é deficitário. Não respondem de forma satisfatória às solicitações. É certo que isto se deve, igualmente, ao percurso histórico do país. As longas guerras a que esteve sujeito não deixariam de afectar de igual maneira o sistema judicial. Mas há problemas estruturais por ultrapassar. O número reduzido de quadros licenciados dificulta o exercício cabal das funções judiciais, havendo a necessidade de recorrer a juízes não-licenciados. A inexistência de uma estratégia básica para a formação de juízes agrava a ineficácia dos tribunais, prejudicando o sistema na sua globalidade.

Dada a actual conjuntura nacional, a participação dos juízes eleitos nas audiências de julgamento torna-se cada vez mais complicada, uma vez que já não são dispensados pelas entidades empregadoras. Por outro lado, a compensação paga pelos tribunais pela sua contribuição é irrisória. Torna-se cada vez mais difícil constituir *quorum* nas audiências de julgamento.

Os defensores oficiosos são insuficientes. Não raras vezes, os julgamentos são realizados sem que estejam garantidos os direitos de defesa dos arguidos. Para ultrapassar esta dificuldade, normalmente os tribunais fazem a nomeação *ad hoc* de um funcionário do tribunal. Como se pode perceber, trata-se apenas de cumprir com as exigências de formalidade, esquecendo-se da concretização efectiva daquele direito.

O quadro dos profissionais judiciais é também exíguo e pouco capacitado devido à fraca formação dos mesmos.

As instalações ao dispor dos tribunais, em regra, são inadequadas para o exercício das funções, principalmente no que respeita aos tribunais distritais. Por exemplo, muitos deles não têm corrente eléctrica, não dispõem de água corrente nem de sanitários. Os

equipamentos existentes são igualmente insuficientes e outros são obsoletos. Muitos dos tribunais distritais não dispõem sequer de qualquer meio de transporte para a realização das suas funções.

Sem dúvida, é urgente que se defina (e que se procure concretizar) uma política global e profunda para a justiça.

Sobre os conflitos

A natureza dos conflitos que envolvem mulheres são predominantemente produzidos no âmbito familiar, ou seja, são conflitos, directa ou indirectamente, relacionados com a forma como se realiza a construção social das relações de género. Sendo que o papel social da mulher acentua a sua condição de esposa, filha e mãe, é no contexto do desaparecimento ou do questionamento do quadro masculino de “protecção”/dependência que publicamente surgem as queixas de mulheres. Isto significa que os principais problemas apresentados por mulheres, nos tribunais do sistema formal, são pedido de alimentos, divórcio, divisão de bens, com excepção da cidade de Xai-Xai onde os despedimentos ocupam um lugar importante nos processos desencadeados por mulheres.

É interessante constatar que a regulação do poder paternal constitui, hoje, em todas as áreas estudadas, um dos principais conflitos. Esta situação é reveladora da desestruturação dos elementos tradicionais de aliança matrimonial como o lobolo ou outros rituais (nas áreas matrilineares), em que o abandono da mulher e dos seus filhos dá origem ao surgimento da figura do bastardo. A integração das crianças (fossem órfãs ou não) na comunidade, que no passado fazia parte de um modelo cultural tradicional, está a ser substituído pela incorporação neste modelo de componentes da modernidade que estão a conduzir ao surgimento de muitas mães solteiras, sem que a comunidade ou a Lei garantam a defesa dos seus direitos.

A crise económica tem sido apresentada como argumento para a não celebração dos casamentos tradicionais ou civis, mas, de facto, o efeito sobre a realidade social feminina é o reforço da sua vulnerabilidade e dependência. Esta dependência do homem, principalmente a nível económico, acompanhada de um baixo nível de escolarização, de desemprego ou emprego precário, leva à “aceitação social da violência”. Deste modo, a maioria dos conflitos que surgem como casos cíveis são produzidos e desenvolvem-se no quadro da violência familiar. Contudo, a violência contra a mulher raramente aparece como factor da queixa, ou seja, a mulher apenas nas instâncias informais e conciliatórias, apresenta a violência com uma queixa em si.

Na áreas de tradição mineira, o adultério da mulher constitui também um dos conflitos mais

frequentemente apresentados, sendo muitas vezes precedidos ou seguidos de crimes de sangue. Em áreas de forte influência patriarcal, no sul do país, os crimes de sangue são considerados, muitas vezes, como a forma mais correcta (porque eminentemente “masculina”) de solucionar as disputas, sejam elas de roubo ou de conflitos de terras.

A pobreza das populações e as rupturas da coesão social têm resultado, principalmente, no caso de idosas, em acusações de feitiçaria e consequente expulsão das áreas de origem. Esta exclusão da população idosa é naturalmente mais visível no caso das mulheres viúvas, que numa sociedade anómica (como acontece hoje em muitas áreas rurais do país) se encontram completamente dependentes de factores exógenos à comunidade.

Surgindo num contexto de alterações às políticas económicas e sociais, os novos conflitos reforçam, por um lado, o quadro de violência em que se produzem as relações sociais de género, potencializando, por outro, o aparecimento de novos elementos identitários. É assim que o combate aos elementos estruturantes da sociedade tradicional (como o lobolo e a poligamia), nos primeiros 10 anos de independência, permitiram, no momento da transformação do controlo do Estado (e do desaparecimento do Estado Previdência) sobre a organização social, o reaparecimento reajustado dos antigos elementos de coesão.

No nosso trabalho ficou demonstrado o surgimento de novas formas de poligamia sem que estejam presentes as condições que anteriormente permitiam e legitimavam a sua existência. Nas áreas urbanas, sob a forma do que popularmente se chama de “amantismo” e nas áreas rurais de “nova poligamia” (raparigas muito jovens que ficam na dependência económica de homens, sem que estejam presentes as obrigações masculinas expressas na “antiga poligamia”), as mulheres ficam sujeitas completamente ao arbítrio de quem as “usa”. Por outro lado, o facto de a maior parte dos casamentos não serem registados e de não haver uma Lei de Família que considere as uniões de facto como oficiais, leva ao abandono e à desapropriação violenta dos bens pelo homem.

Nas áreas urbanas, onde, devido ao facto da mulher ter, mercê da pobreza e da guerra, “saído” da esfera familiar para o emprego tem provocado duas situações: por um lado, esta mulher que vive em condições de extrema dureza (a maioria das vezes sendo o sustento da família), dificilmente se conforma com o exercício contínuo de violência; por outro, para salvaguardar a casa e a estabilidade do lar, acaba por abandonar o emprego, ficando numa total dependência do homem. Estas situações que sugerem um aumento brutal da violência contra a mulher têm provocado, por outro lado, como referimos no corpo do nosso trabalho, o surgimento de sinais novos de contestação pública da dominação, ou seja, a luta pela igualdade e pela diferença de género começa a ter sentido para parte (embora ainda pequena) das vítimas.

Sobre o acesso e a administração da justiça

Em primeiro lugar, da pesquisa realizada, concluímos que o acesso à justiça (do sistema formal) por parte da maioria da população é muito limitado, por razões que se prendem com a burocratização e os custos dos mecanismos de acesso, com a ausência de suficientes instâncias a nível da base e com a própria natureza do sistema (concentrador e hierarquicamente muito pesado). Mas se o acesso à justiça é limitado para grande parte da população, a mulher, mais pobre que o homem, mais vulnerável socialmente, com pouca cultura jurídica, apenas acede à justiça, no quadro da legitimidade do modelo social patriarcal. Isto significa que apenas uma pequena parte dos conflitos se torna visível na esfera pública, sendo a própria gestão dos conflitos influenciada pelo modelo andocrático.

Ao longo da pesquisa, ficou claro que, independentemente da área do país ou dos meios de pertença, a representação dos conflitos pelos agentes da justiça é orientada pela construção da desigualdade de género. Não é, pois, por acaso que quer seja nas instâncias do sistema formal, quer seja nas instâncias intermediárias, como a polícia, ou nas que não fazendo parte do sistema são socialmente reconhecidas para a exercer, a resolução dos conflitos se faz, com frequência, contra os direitos da mulher e contra a norma legal. É neste sentido que crimes de sangue (mesmo homicídios) contra as mulheres não são punidos, segundo a legislação vigente. Estas situações de ilegalidade desencorajam a queixa pública e reforçam a conformidade com a dominação masculina. Por outro lado, e devido aos mecanismos de socialização na família, a mulher procura, quando envolvida em conflitos, em primeiro lugar soluções consensuais na comunidade familiar, nas organizações de mulheres e nas chefias tradicionais.

O papel que as estruturas tradicionais ou a OMM jogam na resolução dos conflitos é, no que respeita ao campo de análise, muito diferenciada. Enquanto no sul do país, com os órgãos de Estado e do partido fortemente implantados, a mulher procura justiça através das estruturas modernas ou de carácter modernizante, no centro e norte de Moçambique, a revitalização do poder tradicional no pós-guerra, provoca um reforço dos modelos tradicionais de submissão.

Mas a discussão ou a contestação da violência do homem contra a mulher faz-se, pois, principalmente no lugar de produção do conflito ou seja na família. Isto significa que a família é o lugar privilegiado e legítimo de resolução de conflitos. São grandes as implicações que esta situação tem para a reprodução da desigualdade. A eficácia do modelo de subalternidade da mulher passa, pois, pela aceitação social da violência, não apenas no âmbito da família, mas nas instâncias que no Estado deveriam zelar pelos direitos

humanos das mulheres. A modernidade do sistema de justiça em Moçambique entra, pois, em conflito, para além de toda a ordem de constrangimentos de ordem material e de qualificação dos agentes de justiça, com o modo como se constrói socialmente o papel da mulher e com a sua influência no exercício da justiça.

Assim, a apresentação da queixa nos tribunais resulta, na maior parte das vezes, de um longo e doloroso ciclo de violência, psíquica ou física.

Também com alguma frequência, mesmo em situação de denúncia pública, as queixas contra os crimes exercidos por mulheres não são julgados, sendo interrompidos nas instâncias de articulação com os tribunais. É assim que as ofensas corporais, com maior ou menor gravidade, cometidas no contexto conjugal, e que constituem nas esquadras da polícia um dos crimes mais frequentemente denunciados, raramente são levados a tribunal, devido às desistências (induzidas ou não). Também, a nossa pesquisa nos serviços de urgência dos hospitais, nos levou a constatar a mesma situação.

A permanência da violação dos direitos das mulheres revela-se também no comportamento das entidades empregadoras, face aos problemas laborais. É exemplo a forma como se realizam os despedimentos de mulheres nas empresas, constituindo uma violação do texto constitucional que consagra a igualdade de oportunidades de todos os cidadãos. As mulheres são despedidas dos seus postos de trabalho muitas vezes por serem mulheres, pois no lugar delas é imediatamente admitida uma pessoa do sexo masculino para trabalhar. Por outro lado, a ausência de secções laborais nos tribunais pode constituir campo fértil para perpetuar a discriminação e a injustiça no trabalho, prejudicando grupos de pessoas vulneráveis como é o caso da mulher.

No entanto, se os conflitos de ordem cível são praticamente os únicos apresentados por mulheres nos tribunais, a pesquisa provou que a violência contra a mulher está subjacente em todos os processos que as envolvem, encoberta pela auto-culpabilização e pelo modelo social que legitima o exercício do poder masculino.

Relativamente ao funcionamento e à articulação do sistema formal de justiça, interna e externamente, as situações variam em função da luta pela ocupação dos espaços de poder pelas autoridades do Estado e pelas autoridades tradicionais e em função do reconhecimento social. No entanto, tanto na forma como se desenvolvem os mecanismos de acesso, como na gestão dos conflitos, podemos constatar a inexistência da dicotomia entre o formal e o informal. Em primeiro lugar, a nível da articulação verifica-se que não existem hierarquias generalizáveis a todo o país. Por exemplo, se em Tete os tribunais comunitários são reconhecidos como autoridades legítimas, junto dos tribunais do sistema, noutras áreas,

como na cidade de Maputo, esse reconhecimento é inexistente, nos tribunais de segunda e terceira instância. Contrariamente, este reconhecimento é observado nalguns tribunais distritais da cidade. Para além dos efeitos que esta situação comporta para a classificação e caracterização do sistema de justiça, tem consequências a nível da gestão dos conflitos.

É assim que a ausência de legitimidade das instâncias informais (por parte dos agentes do sistema) e o facto de as suas informações ou pareceres não serem tidos em conta pelos tribunais judiciais aumenta, por um lado, a ineficácia do sistema e permite que se construam competências a nível das instâncias criadas (como os tribunais comunitários) não contempladas pela Lei. Do mesmo modo, a criação de uma democracia política permitiu pôr a descoberto um conjunto de formas de estruturação social, que levaram ao surgimento e à multiplicação de legitimidades.

As igrejas, a associação de médicos tradicionais (AMETRAMO), a OMM, as ONGs, em relação de cooperação/conflito com as outras instâncias de gestão da justiça são componentes determinantes para a compreensão do acesso e da administração da justiça. Finalmente, gostaríamos de concluir, reflectindo sobre a coerência entre o conceito, a representação e as práticas de justiça. Do ponto de vista teórico, o conceito de justiça relaciona-se com o modo como se articulam as relações sociais, tendo a ver com a reciprocidade social, por um lado, e com o respeito da individualidade, ou seja, com os direitos humanos, por outro.

Mas a construção do conceito de justiça, realiza-se historicamente em torno de uma ordem social que regulariza e orienta as relações sociais. E é neste sentido que é entendido o sistema de administração de justiça, com o objectivo de garantir o cumprimento e a manutenção da ordem social. Mas, embora haja um sentimento social comum da justiça (em termos muito latos e sujeitos à filosofia judaico-cristã), cada grupo social tem da justiça representações ligadas aos interesses dos grupos. Variando a representação da justiça com o modelo cultural dominante, a definição do *justo* e do *injusto*, *prende-se* com a forma como se constrói e se legitima a desigualdade. Por esta razão, e falamos em relações sociais de género como relações de poder em que a mulher ocupa, seja qual for o lugar em que se situe, posições de subalternidade, as práticas sociais são determinadas pelo sistema de valores integradores do modelo cultural. E nas práticas sociais, a eficácia da dominação masculina revela-se pela aceitação e conformidade com que as mulheres vivem a submissão. Por outro lado, a gestão dos conflitos (e falamos de conflitos derivados das relações sociais de género), tanto no sistema de administração da justiça como nas instâncias informais, é orientada por uma representação que retira à mulher parte dos seus direitos humanos. Isto quer dizer que os agentes de justiça, que têm como missão fazer cumprir *a justiça*, configuram as suas decisões por uma representação negativa dos direitos humanos das mulheres. Uma alteração do sistema de justiça, passa, assim, não apenas por uma reforma legal, mas por um conjunto de acções que rompam com as velhas hierarquias que sustentam uma ordem que afasta parte da humanidade dos seus direitos.

Formação em lobby e advocacia

Teve lugar nos dias 27, 28 e 30 de Novembro em Maputo um curso de formação em técnicas de lobbie e advocacia destinado a algumas organizações da sociedade civil.

A formação visava dotar estas organizações de noções básicas de Advocacia e Lobby como instrumentos fundamentais de mudança social e ainda uniformizar as práticas de advocacia em várias abordagens. Para além de criar impacto junto à sociedade no geral, estas campanhas têm de influenciar nos órgãos de decisão e na mudança de comportamento e de visão no que se refere aos problemas candentes da vida social.

De entre os vários temas abordados destacaram-se: como conceber uma campanha de Advocacia; como desenhar o cronograma de actividades; o plano e o orçamento.

In: Boletim Informativo Mensal do Fórum Mulher, nº 35, Novembro/2005

Observatório da Pobreza analisa “draft” do PARPA II

No dia 23 de Novembro realizou-se o encontro do IV Observatório da Pobreza para análise do documento preliminar do PARPA II. O encontro teve lugar no Centro de conferências Joaquim Chissano e foi dirigido pela 1ª Ministra Luísa Diogo e pelo Ministro do Plano e Desenvolvimento, Aiuba Cuereneia. Para além do governo o encontro contou com a participação de organizações não governamentais, entidades religiosas, doadores, associações juvenis, estudiosos e governo.

O Governo apresentou o “Draft” do PARPA II e o G20 apresentou comentários previamente elaborados sobre o documento. Na ocasião, o Fórum Mulher promoveu uma concentração no local sob o lema foi “Igualdade de Género no PARPA II”, com o intuito de apoiar a integração da perspectiva de género naquele documento e chamar a atenção do governo para a revisão de alguns aspectos marcadamente discriminatórios como:

- PARPA nega o problema da desigualdade e discriminação, como causa principal dos desequilíbrios económicos entre homens e mulheres (parágrafo 77, pag 19)... isto toca, de certa forma, a definição da Pobreza proposta pela Sociedade Civil e apresentada no II Observatório da Pobreza.
- PARPA nega a feminização da Pobreza, usando como argumento a esperança de vida (parágrafo 78, pag 19).
... legalização da livre transacção do título de uso e aproveitamento da terra.... (parágrafo 534, página 104)
... que a presença de ONG’s em Moçambique é polémica, pois pretenderam substituir o Estado.... (parágrafo 590, pag 118)

A primeira-ministra prometeu que alguns destes aspectos seriam retirados do documento, no entanto há vários outros que permanecem, por isso, logo após o Observatório algumas organizações começaram a trabalhar para tentar reverter a situação. Recorde-se que as organizações da sociedade civil vêm trabalhando nos grupos temáticos de elaboração do PARPA II, mas não viram as suas contribuições incluídas.

In: Boletim Informativo Mensal do Fórum Mulher, nº 35, Novembro/2005

**Novas
Vozes**

Amor e casamento

A ideia popular é de que casamento e amor são sinónimos, que florescem pelos mesmos motivos e que cobrem as mesmas necessidades humanas. Tal como outras ideias populares esta baseia-se não em factos, mas em superstição.

O casamento e o amor não têm nada em comum; eles estão tão afastados como dois pólos; são, de facto, antagónicos um ao outro. Sem dúvida que alguns casamentos resultaram do amor, mas não porque o amor só se pode desenvolver no casamento; pelo contrário, porque poucas pessoas conseguem ignorar completamente uma convenção. Existe hoje um grande número de homens e de mulheres para quem o casamento nada mais é do que uma farsa, mas que se submetem a isso por causa da opinião pública. Se bem que seja verdade que alguns casamentos estão baseados no amor e embora seja igualmente verdade que em alguns casos o amor continue durante a vida de casados, eu defendo que isso acontece apesar do casamento e não por causa dele. (...)

O casamento é antes de mais um acordo económico, um pacto de segurança. Difere do acordo de seguros da vida ordinária só porque é mais envolvente, definido com mais precisão. Os retornos que dá são insignificantes quando comparados com os investimentos. Quando fazemos uma apólice de seguros paga-se com dólares e cêntimos, tendo sempre a liberdade de parar com os pagamentos. Se, contudo, o que uma mulher ganha é um marido, ela paga por isso com o seu nome, a sua privacidade, o seu auto-respeito, a sua vida, “até que a morte os separe”. (...) Os homens também pagam uma factura, mas como a sua esfera de actuação é mais vasta, o casamento não os limita tanto como às mulheres. (...)

Por isso, o dito de Dante sobre o Inferno aplica-se com igual propriedade ao casamento: “Ó vós que entraís, deixai para trás toda a esperança”.

Emma Goldman

Ensaios publicados em 1917

http://womenshistory.about.com/library/etext/bl_eg_anb_marriage_love.htm



Comunicado

Não é controlando o vestuário das mulheres que se pode travar a epidemia do SIDA

No passado dia 16 de Fevereiro de 2006, o Presidente da República, Armando Guebuza, numa iniciativa visando congregar esforços no combate ao HIV/SIDA, realizou um encontro com organizações de mulheres implicadas na luta contra esta epidemia. Nesta reunião, de extrema importância por revelar o compromisso e o interesse das mais altas chefias do País, várias activistas exprimiram diversos pontos de vista que reflectiam as suas experiências.

Curiosamente, em vez de dar conta de toda a riqueza do debate, a maioria dos órgãos de comunicação social escolheu divulgar uma visão monolítica e redutora de evento. Foi assim que, na semana passada, o público tomou conhecimento de que as “organizações de mulheres” defendiam que uma das vias de combate ao SIDA era o controle da maneira como as jovens se vestem, de modo a evitar que com a exposição dos seus corpos elas “provoquem” os homens, levando-os a cometer “desvios de comportamento”. Na descrição destes “desvios” estão a violação e o assédio sexual, o adultério, etc. Em consequência, propunha-se a elaboração de leis que controlassem o vestuário das raparigas e das mulheres.

Neste apanhado, há uma dupla falsidade cometida por omissão:

1. Em primeiro lugar foi somente uma organização que defendeu a posição acima apresentada; ao falar em “organizações de mulheres”, a imprensa faz crer ao leitor de que essa é a posição consensual de todas as organizações de mulheres, o que é definitivamente falso.
2. Em seguida, a maneira como a notícia foi apresentada leva a que se presuma de que essa foi o único aspecto discutido. Não são sequer mencionados os graves problemas debatidos no encontro e que constituem preocupação das organizações que trabalham na base e com as comunidades em programas vários de alívio aos infectados e aos afectados pelo SIDA (entre outros, a necessidade de uma legislação que procure prevenir a contaminação intencional que muitas mulheres são vítimas por parte dos seus parceiros, o peso dos cuidados ao domicílio que tem recaído sobretudo sobre as mulheres, a prioridade ao incentivo de actividades de geração de rendimentos para as pessoas

infectadas e afectadas, para que estas possam encontrar soluções sustentáveis aos seus problemas).

Por tudo isto, lamentamos que alguma imprensa tenha tratado de forma tão leviana um tema como este e tenha deste modo desinformado os leitores.

Face a esta situação, o Fórum Mulher, como rede de organizações de mulheres, faz saber por este comunicado o seu repúdio total a qualquer posição ou visão que pretenda responsabilizar as mulheres pela expansão da epidemia da SIDA no país:

1. A expansão da SIDA está estreitamente relacionada com os padrões comportamentais e com as práticas sexuais;
2. Dada a estrutura de poder na sociedade, as mulheres têm menos controle do seu corpo e da sua sexualidade, o que faz com que mesmo sabendo quais são os meios de defesa contra a contaminação, não os podem pôr em prática. Com efeito, em geral, as raparigas e as mulheres quase nunca podem dispor do seu próprio corpo e decidir quando, como e com quem devem ter relações sexuais.

Recusamos de forma terminante que as vítimas de agressão sexual possam ser responsabilizadas pelo comportamento do agressor. O mito de que o homem é uma “besta” que não se pode dominar quando vê o corpo feminino é usado, quer para justificar o controle sobre os corpos das mulheres, quer para passar a culpa do agressor para a vítima.

Somos a favor da igualdade de direitos e do respeito pelos direitos sexuais e reprodutivos de homens e de mulheres. Com responsabilidade, com liberdade e com respeito no exercício destes direitos, nós todos seremos capazes de travar a epidemia do SIDA.

Por uma sociedade com igualdade entre homens e mulheres!

Por uma vida livre do SIDA!

Maputo, Fevereiro de 2006

Terezinha da Silva
Presidente do Conselho de Direcção



Rádio Muthiyana

Bairro Ferroviário das Mahotas rua nº 4330

☎ 21 45 58 41

☎ 21 45 58 40

MUTHY 700055760

93.5 FM: Rádio Muthiyana

A primeira rádio comunitária feita por mulheres e destinada a mulheres

A Rádio Muthiyana foi criada em 2001 pela Associação Moçambicana da Mulher na Comunicação Social (AMCS), com a frequência 93.5 FM. Esta é a primeira rádio comunitária feita por mulheres e destinada a mulheres. A sua estação está localizada no Bairro do Ferroviário das Mahotas e tem o alcance de um raio de 100 quilómetros, o que é suficiente para cobrir a província de Maputo e emite desde as 6 até às 19 horas, sendo 50 % da sua programação em shangana e 50% em português.

Os objectivos desta rádio são: dar voz às comunidades que não têm espaço nos grandes Órgãos de Informação,

sobretudo às mulheres; ajudar que as comunidades participem no processo democrático e do desenvolvimento económico do país; dar oportunidade às comunidades de questionarem sobre o tudo o que está a acontecer à sua volta; informar e formar.

Assim, a sua grelha de programas inclui vários programas relacionados com os Direitos Humanos, o HIV/SIDA, a Saúde da Mulher, Programas de Desenvolvimento, Segurança Rodoviária, preocupações da comunidade, debates e entrevistas. A título de exemplo, veja a grelha:

HORA	Domingo	Segunda	Terça
06.00	Kupfula	Kuphula	Kupfula
06.02	Bvi xile vayingiseti	Bvi xile vayingiseti	Bvi xile vayingiseti
07.00	Mahungu	Mahungu	Mahungu
07.05	Hikunavelela Sonto Yinene	Vunanga bva Ntumbuluku	Ta vu Dhahi
08.00	Rito ra Xitshungu	Rito ra Xitshungu	Rito ra Xitshungu
08.30	Vunanga bva Sonto	A tinfanelo ta wena	Vunanga bva África
09.00	Mahungu	Mahungu	Mahungu
09.05	Kutlulela ka xiputukezi	Kutlulela ka xiputukezi	Kutlulela ka xiputukezi

HORA	Domingo	Segunda	Terça
09.06	As Nossas Crianças	Ponto Comercial	Ponto Comercial
10.00		“	“
11.00	Nova Geração	A voz da Comunidade	A voz da comunidade
11.30	A Voz da Comunidade	Os meus direitos	Música moçambicana
12.00	Noticiário	Noticiário	Noticiário
12.15	Música para o seu almoço	Divulgação/Um tema	Divulgação/Um tema
13.00	Entretenimento	Saudações Muthiyana	Saudações Muthiyana
14.00	Noticiário	Noticiário	Noticiário
14.05	Desperta Juventude	Informação Desportiva	Nós e o desenvolvimento
15.00	Noticiário	Noticiário	Noticiário
15.05	Desperta Juventude (cont..)	Segurança Rodoviária	Segurança Rodoviária
15.58	Transição para Tsonga	Transição para Tsonga	Transição para Tsonga

A Rádio Muthiyana iniciou desde o ano 2004 o Projecto Desenvolvimento Através de Rádio (Development Through Rádio - DTR), que já criou 10 Clubes de Escuta nos distritos de Matutuine, Magude, Boane, Namaacha, Manhiça, Marracuene e nos Bairros Albasine, Costa do Sol, Chiango e Zimpeto da Cidade de Maputo.

Os Clubes de Escuta consistem em grupos maioritariamente constituídos por mulheres que receberam da AMCS um rádio-gravador, cassetes e pilhas. Os Clubes de Escuta debatem os problemas que afectam as suas comunidades e gravam em cassetes que posteriormente são recolhidas para produção de programas radiofónicos divulgados pela Rádio Muthiyana.

A rádio opera com um quadro de pessoal de 24 pessoas, entre as quais, 10 efectivos e 14 voluntários.

O seu financiamento provém de duas fontes, a publicidade comercial (ínfima parte) e de patrocínios de alguns programas.

O que é a AMCS?

A Associação Moçambicana da Mulher na Comunicação Social é uma organização de mulheres que trabalham nos Órgãos de Informação, criada no dia 9 de Julho de 1998, como instrumento de luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres e pela mudança da imagem negativa da mulher veiculada pela informação no país. Os seus membros são jornalistas, fotógrafas, operadoras, locutoras, arquivistas, produtoras, etc.

A AMCS tem por missão promover e fortalecer o papel da mulher nos Médias para o desenvolvimento das comunidades marginalizadas, através do uso dos meios de comunicação social e de tecnologias de informação.

Objectivos

A AMCS tem por objectivos:

- Lutar contra todas as formas de discriminação contra a mulher na Comunicação Social;
- Lutar pelo estabelecimento de relações de género equilibradas na Comunicação Social;
- Promover um maior envolvimento da mulher da Comunicação Social nas actividades sócio-profissionais;
- Defender os interesses específicos da mulher jornalista e de outras profissionais da Comunicação Social;
- Promover a elevação do nível académico e profissional da mulher da Comunicação Social;
- Incentivar a participação de um maior número de jovens mulheres nas diferentes especialidades da Comunicação Social.

Pretende-se também:

- Sensibilizar a sociedade moçambicana através de programas educativos, de modo a mudar de mentalidade em relação ao papel da mulher no desenvolvimento do País;
- Promover o estatuto da mulher e lutar contra a violência doméstica e discriminação baseada no sexo, em todos os sectores de actividades;
- Informar as mulheres nas zonas rurais sobre os seus direitos e deveres, e sobre os mecanismos que devem seguir em caso de necessidade de recurso às instâncias jurídicas e judiciais.

Projectos da AMCS

A AMCS trabalha, desde a sua criação, em parceria com outras associações femininas moçambicanas e faz parte da Aliança para a Lei da Família, constituída pelas seguintes ONGs: AMMCJ, Fórum Mulher, MULEIDE, UNAC e WLSA Moçambique. O papel da AMCS nesta Aliança é de disseminar a informação através dos órgãos de comunicação social, bem como de sensibilizar os repórteres sobre a Lei de Família.

Apelo

A AMCS convida todas as organizações de mulheres interessadas a colaborar e participar nas suas actividades, através de programas, debates e espaços de antena.

Contactos:

AMCS/SNJ - Av. 24 de Julho, 231 - Maputo - Moçambique

Tel: + 258 21 494475

E-mail: amcsmz@teledata.mz

Coordenadora da AMCS e Directora da Rádio Muthiyana: Palmira Velasco



Violência contra a rapariga na escola é tema de pesquisa

A ActionAid apresentou a 9 de Dezembro, em Maputo, o Relatório de Investigação sobre a violência contra a rapariga. O trabalho de campo teve lugar de Novembro a Dezembro de 2004 e foi concebido pela equipe de investigadores constituída pelos consultores Vitória Afonso Langa de Jesus e Simão Matsinhe.

Esta pesquisa foi encomendada pela Actionaid Moçambique, uma organização não-governamental que opera no país, e visava fundamentalmente identificar as motivações que estão na origem dos fenómenos de violência contra a rapariga na escola.

De entre vários objectivos da pesquisa, realçam-se. (1) Análise da dimensão da violência contra a rapariga na escola, na comunidade, e seu impacto na rapariga, na família, escola, comunidade e relações de género. (2) Analisar iniciativas, acções, abordagens da escola, família, comunidades conducentes à mitigação da violência e à incidência do HIV/SIDA no grupo-alvo. (4) Propor recomendações para os programas da Actionaid Moçambique e seus parceiros sobre a problemática da violência contra a rapariga. O estudo abrangeu 11 distritos de três províncias nomeadamente Milange, Pebane, Mocuba e cidade de Quelimane, na província da Zambézia, Cidade de Chimoio e arredores na província de Manica, Distritos urbanos nº1 e 2 na Cidade de Maputo, e Ressano Garcia, Boane, Manhiça, e Marracuene na Província de Maputo.

As raparigas com idades compreendidas entre os 8 e os 20 anos constituíram o principal grupo-alvo, e a análise deste grupo tinha como referência outros espaços e actores sociais tais como família, comunidades, direcções das escolas e distritos, líderes comunitários, parceiros sexuais das meninas abrangidas pelo estudo, educadores, entre outros. Portanto, o estudo não enfatiza a questão da violência da rapariga na escola, mas sim a que ocorre no contexto das relações escolares.

As principais conclusões do estudo foram:

- A escola tem um papel social fundamental no ensino de valores morais e de educação sexual e reprodutiva nos jovens
- A responsabilidade social do professor é ainda maior quando visto como modelo e via de transmissão de conhecimentos
- Os círculos de referência tais como escolas, famílias, autoridades locais devem merecer atenção especial dos programas das ONG's promovendo a consciência colectiva, elevação da moral e fortalecimento da identidade positiva e activa.



Primeira mulher em África eleita Presidente

LIBERIA: As mulheres depositam muitas esperanças na primeira mulher eleita presidente

Catherine Brooks tirou um dia de licença do seu serviço como secretária para **pintar os passeios e limpar a capital Liberiana.**

Para os grupos de mulheres que saíram às ruas com pincéis e vassouras, 16 de Janeiro, o dia da tomada de posse da primeira mulher eleita como líder, Ellen Johnson-Sirleaf, será a “aurora de um novo dia”.

Elas acreditam que a nova líder de um país destruído pela Guerra saneará o governo e porá outra vez de pé a Libéria.

“A tomada de posse da Sra. Sirleaf é uma alegria para todas as mulheres e aqui estamos nós a limpar a cidade para fazer desta ocasião um sucesso.” Disse Brooks.

Para as mulheres políticas, ex-combatentes e vendedoras, é um motivo de muito orgulho e expectativas.

“Ellen Johnson-Sirleaf, sendo presidente do novo governo, deve dar prioridade aos serviços sociais básicos, tais como água e electricidade, atestando segurança para todos uma vez que estamos a sair de um período de guerra, e garantir maiores facilidades de saúde para o povo” – disse Ruth Sando Perry, de 67 anos e veterana do Partido da Unidade de Sirleaf.

Perry tem uma ideia do desafio, pois trabalhou como líder Liberiana interina e não eleita em meados dos anos 90: “Eu sei o que custa ser líder. A liderança não é uma tarefa fácil”.

Para a antiga combatente, Black Diamond, Sirleaf tem capacidades: “O que é que os homens podem fazer que as mulheres não podem? A eleição de Ellen trouxe orgulho para todas as mulheres, onde quer que estejam. Tenho a certeza que ela fará do nosso país uma estrela reluzente em África. (...) A eleição da Sra. Sirleaf é uma vitória de todas as mulheres, independentemente

das filiações políticas. Tenho a certeza de que ela trará mudanças para a Libéria”.

Mesmo os que apoiaram o rival de Sirleaf, o futebolista George Weah, nas primeiras eleições depois de 14 anos de Guerra, estão prontos a deixar as diferenças de lado em prol da unidade e da reconstrução.

Sheilla Brown, membro de um grupo de mulheres apoiante de Weah, declarou que ela vê a avó de 67 anos (Sirleaf) como uma figura maternal e uma força unificadora: “Mesmo que nos tenhamos oposto a ela durante as eleições, quero que ela seja a mãe da nação, não discriminando ninguém que venha de diferentes grupos políticos. Deixem-na assumir o seu papel maternal para garantir que não haverá caça às bruxas por motivos políticos”.

O fim da divisão e o fim da corrupção – é também a esperança de Mariama Sarnor, mãe com seis filhos que vende frutas e vegetais na baixa de Monróvia (capital): “Durante muito tempo este país esteve atrasado e precisamos de um líder forte que consiga combater a corrupção. Conhecemos o seu passado e sabemos que ela é capaz disso”.

Sirleaf é uma economista que estudou em Harvard e que trabalhou ligada à ONU, ao Banco Mundial e ao Citibank. Estes antecedentes devem estar entre os principais factores que motivaram os eleitores Liberianos a escolhê-la, nas eleições de Novembro de 2005, preterindo Weah, o seu rival e noviço em questões de política.

Na sua campanha, Sirleaf prometeu que o combate à corrupção seria a maior prioridade, conjuntamente com a restauração dos serviços, num país que continua sem água corrente e electricidade, dois anos após o fim da guerra. (...)

17/2/ 2006

Claire Soares/IRIN, UN Office for the Coordination of Humanitarian Affairs

<http://www.irinnews.org/print.asp?ReportID=51109>

Ellen foi declarada “Mãe África”

Quando a Comissão Nacional de Eleições anunciou que a Sra. Ellen Johnson-Sirleaf era a vencedora das eleições presidenciais gerais de 2005, tornou-se claro que na história da Libéria se estabelecia um marco não só para o país mas para toda a África.

Ela é a primeira mulher presidente na Libéria e em África. No entanto, durante uma visita à Nigéria, as mulheres do Níger foram mais longe e chamaram-na de “Mãe África”.

7/02/2006, In: *The Analyst*

http://www.analystnewspaper.com/ellendeclared_feb7.html

Mulheres, Globalização e Ciberespaço

Foi detida a jornalista e activista mexicana Lydia Cacho Contra ataque por denunciar rede de pederastas

A jornalista Lydia Cacho Ribero, autora do livro “Os Demónios do Edén”, que vincula poderosos empresários com uma gangue de pederastia e pornografia infantil, foi detida em finais do ano passado (16 de Dezembro) por acusações de difamação contra o chefe da mesma. (...)

Desde que publicou o seu livro, a jornalista começou a ser assediada e a receber ameaças de morte pelo seu trabalho de investigação. (...) Essas ameaças têm-se estendido à equipe de 40 pessoas do Centro Integral de Atenção à Mulher de Cancún (CIAM) a que ela preside. (...)

Para acabar com as ameaças, a Rede Feminista contra a Violência de Género, integrada por 20 organizações não governamentais espanholas, exige ao governo que cesse os abusos, a partir da sua página www.redfeminista.org.

Lydia Cacho trabalha desde há anos como defensora dos direitos das mulheres, e para além disso faz parte da Rede Internacional de Jornalistas com Visão de Género, da Rede Nacional de Jornalistas e da Rede de Jornalistas do México, Centro América e Caribe.

16/12/2005
Esther Rosa, Cimac, México
<http://www.cimacnoticias.com/noticias/05dic/05121609.html>

Crónica de um abuso por parte do poder A minha detenção

por Lydia Cacho

Nunca questionarei o direito de uma pessoa que se sente caluniada de acusar um jornalista. Todos/as profissionais estamos sujeitos a isso.

Nos tribunais deve-se discutir com provas se houve ou não calúnia num trabalho jornalístico. No pior dos casos trata-se, segundo a lei, de um delito menor, para o qual se estabelece uma fiança se responder a outros requisitos. No entanto, neste caso, trata-se de algo mais grave.

O meu trabalho profissional como jornalista, neste caso particular, vincula-se directamente a outra tarefa igualmente importante na minha vida: o trabalho de protecção e atenção directa a mulheres e crianças vítimas de violência.

Primeiro: as coisas foram maquinadas para fabricar uma ordem de prisão. (...) Segundo: Uma vez conseguida a ordem de apreensão orquestrou-se todo um operativo para desencadear um verdadeiro inferno sobre a minha pessoa. (...)

Em resumo, de acordo com um cenário mais optimista, o que se orquestrou foi uma ordem de apreensão

artificial para ter a possibilidade de me infligir o maior castigo possível; uma espécie de vingança por me ter atrevido a falar dos poderosos.

No pior cenário, se a minha equipe e as redes de mulheres e de jornalistas não tivessem denunciado a tempo este “sequestro legal”, poderíamos temer alguma agressão física.

O certo é que uma simples denúncia por calúnia, improcedente - porque tenho a provas do que publiquei - conseguiu o que os agressores de mulheres e outros delinquentes de alto calibre não tinham alcançado nestes meus anos todos como jornalista e activista feminista contra a violência: tirar-me da minha cidade, despojar-me de protecção e deixar-me completamente indefesa e vulnerável durante mais de 20 horas, em zonas isoladas e desabitadas, sem saber se poderia perder a vida pelas mãos de quem deveria garantir a justiça.

19 de Dezembro de 2005, México
Lydia Cacho, Cimac, México
<http://www.cimacnoticias.com/noticias/05dic/05121905.html>

Quando não se conhece a lei...

Em Hong-Kong, mais de três anos após a revisão da lei sobre a violação conjugal, nem um só caso foi levado aos tribunais. Donald Tsang Yam-kuen, chefe do executivo, prometeu combater a violência doméstica, embora os juristas e conselheiro o tenham avisado de que a tarefa seria difícil. As vítimas ignoram que a violação conjugal é passível de prisão. Elas não conseguem imaginar-se a perseguir o marido ou um "ex", porque integraram a obrigação do "serviço sexual" como uma espécie de dever ou então calam-se por pressão familiar. Para uma associação contra a violência sexual dirigida às mulheres, mesmo os

membros das forças de polícia e de justiça parecem ignorar estas alterações na lei. (...) Segundo uma professora de Direito em Hong Kong, isto reflecte uma tendência mais vasta de recusar implicar-se em assuntos que parecem ter a ver com o privado, tanto mais que a violência sexual de que fala se exerce pelo marido contra a mulher.

24/11/2005

Source : South China Morning Post

http://www.penelopes.org/xbreve.php3?id_article=6304

Defensoras de Direitos Humanos em perigo

É lançada campanha para promover e proteger o seu trabalho

Em muitas partes do mundo os Estados perseguem, ameaçam ou directamente assassinam mulheres comprometidas com a defesa dos direitos humanos. Activistas de 70 países reunidas em Colombo, Sri Lanka, denunciaram esta situação e convocaram uma campanha internacional para proteger estas lutadoras.

De 29 de Novembro a 2 de Dezembro de 2005 realizou-se na cidade de Colombo, Sri Lanka, a "Consulta internacional sobre as Mulheres defensoras dos direitos humanos", um encontro histórico que congregou mais de 200 activistas provenientes de 70 países, reporta Mujeres en Red. Este evento foi organizado pelo Comité Internacional de Coordenação da Campanha Internacional sobre Mulheres Defensoras de Direitos Humanos, que inclui a Amnistia Internacional (AI), o Fórum da Ásia e Oceânia sobre Mulheres, Direito e Desenvolvimento (APWLD); o Centro para a Liderança Global das Mulheres (CWGL); o Fórum Ásia; o Front Line e o Inform, entre outras. (...)

A consulta internacional

Durante este encontro, as participantes compartilharam as suas experiências e exploraram os seus contextos, as suas realidades sociais e políticas. Charlotte Bunch, do Centro para a Liderança Global das Mulheres, em nome do Comité Internacional de Coordenação da Campanha, assinalou quais eram os temas principais desta consulta: os abusos realizados pelos Estados; as perseguições perpetradas por grupos fundamentalistas e os ataques com carácter sexual.

Bunch abordou também o papel significativo que jogam a família e os membros da comunidade na marginalização, na discriminação e na violência que sofrem as defensoras. Bunch remarcou que "promover

direitos directamente relacionados com a família e a sexualidade é frequentemente visto como uma ameaça às instituições patriarcais, e isto pode fazer com que se intensifique a hostilidade contra essas defensoras. Os ataques tornam-se profundamente pessoais, e os esforços para nos silenciarem são sentidos emocionalmente". (...)

Hina Jilani, a representante especial do Secretário Geral da ONU sobre a situação dos/das defensores de Direitos Humanos (cargo criado em 2000 e ocupado desde então e até 2006 por esta advogada paquistanesa) ressaltou que as defensoras de os direitos humanos são especialmente vulneráveis aos ataques, porque desafiam as normas culturais sobre género, heterossexualidade e feminilidade nas suas identidades e durante o seu trabalho.

A consulta que se realizou no Sri Lanka era uma das actividades contempladas pela **Campanha Internacional Defendendo Mulheres, defendendo direitos: Campanha Internacional das Mulheres Defensoras de Direitos Humanos**.

Desde há uns anos, em diversos fóruns ou em encontros de mulheres, foi-se fazendo presente a preocupação sobre os riscos a que se viam expostas as activistas pelos direitos humanos das mulheres; mas foi somente em 1998, quando se celebrou em Paris a Cimeira de Defensores dos Direitos Humanos, que esta preocupação ganhou a atenção internacional. Nesse mesmo ano, a ONU aprovou a Declaração sobre o Direito e o Dever dos Indivíduos, os Grupos e as Instituições de Promover e Proteger os Direitos Humanos e as Liberdades Fundamentais Universalmente Reconhecidos, conhecida como

Declaração sobre os Defensores dos Direitos Humanos.
(...)

Esta campanha quer promover o reconhecimento e a protecção das defensoras dos direitos humanos, e tenta sensibilizar acerca dos riscos a que elas estão expostas. “A campanha agrupa mulheres e activistas de direitos humanos de distintos campos, sectores, grupos e movimentos. Não está limitada às ONG, mas podem juntar-se a ela pessoas de qualquer profissão (docência universitária, jornalismo, direito, medicina, etc.), grupos de base, organizações internacionais e indivíduos.”

A campanha aspira a que as defensoras possam desfrutar de igualdade de trato como colaboradoras e dirigidas na defesa e promoção dos direitos humanos; que sejam reconhecidas e protegidas da discriminação e das violações de direitos humanos de que são objecto no seu trabalho devido à sua sexualidade; que os governos, as ONG e outros membros da sociedade civil abordem as preocupações específicas das defensoras dos direitos humanos e as protejam de acordo com a Declaração de Paris e outros instrumentos e mecanismos internacionais. (...)

3/1/ 2006

Gabriela De Cicco, Cimac, México

<http://www.cimacnoticias.com/noticias/06ene/s06010305.html>

Michelle Bachelet eleita presidente no Chile

A 15 de Janeiro de 2006, os chilenos escrevem uma importante página da história sul-americana ao eleger pela primeira vez uma mulher para cabeça do país. A socialista Michelle Bachelet venceu o seu adversário de direita Sebastian Piñera, por sete pontos (53,5% vs 46,5%) no segundo turno da eleição presidencial. Na principal rua da capital, ela foi acolhida por uma ovação de cerca de meio milhão de apoiantes. “Quem teria pensado, há 20, 10 ou 5 anos, que o Chile elegeria um dia uma mulher?”, perguntou ela à multidão. Prometeu “construir um país onde cada um e cada uma

teria o seu lugar, mulheres e homens, da capital ou das regiões”. A sua chegada ao poder suscita enormes esperanças entre as mulheres, de entre as quais 90 se consideram vítimas de discriminação. A Sra. Bachelet prometeu mudar esta situação e governar um gabinete paritário.

16/1/2006

Violaine Ballivy et Guillaume Bourgault-Côté.

http://cybersolidaires.typepad.com/ameriques/2006/01/michelle_bachelet.html#more

Betty Friedan, Cartógrafa

A História lembrará a sua morte como a perda da mãe fundadora do movimento contemporâneo de mulheres.

Betty Friedan morreu a 4 de Fevereiro. Ia completar 85 anos. Agora, passadas quase três décadas de amizade, acho surreal escrever esta nota em sua memória e não um cartão de parabéns. A simetria das datas não lhe escaparia.

Ela nasceu em Peoria, Illinois, em 1921 – o seu espírito jovem e a sua energia levaram-na por territórios desconhecidos para a maioria das raparigas do seu tempo. Na altura, ela mapeou esses territórios num livro que reforçou o chamado pelos direitos das mulheres.

Estudou na Universidade da Califórnia, Berkeley. Casou-se e teve dois filhos e uma filha. Embora nunca tivesse deixado de valorizar os seus filhos ou a experiência da maternidade, isso não lhe era suficiente. Tal como outras mulheres como ela, enfrentou frustrações. Falou com escolares e académicos e, então, sentou-se na sua cozinha e escreveu e escreveu.

Betty começou por escrever sobre o mundo que conhecia – os subúrbios brancos – e desenhou-o com os instrumentos de que dispunha, mesmo que imperfeitos. Foi muito criticada pela sua falta de compreensão sobre questões de classe e de raça. Posteriormente, tentou conhecer mais sobre isto e sobre a sexualidade. Não esperou que a sua frustração com as tarefas domésticas a transformassem numa “doméstica”.

Embora apreciase o seu estatuto de “celebridade” internacional, penso nela como uma cartógrafa. Se bem que os seus mapas iniciais não fossem perfeitos, contivessem erros, omitissem lugares essenciais e registassem dragões míticos e de se vir mesmo a saber depois que alguns continentes nem sequer existiam, no entanto, sem eles, estaríamos perdidos e sem rumo.

Eu tinha 14 anos quando a “Mística Feminina” foi publicada, em 1963. Nessa altura não li a obra, mas a minha mãe fê-lo. Então, ela informou o meu pai de que

as camisas dele deveriam passar a ser mandadas para uma lavanderia. Acabavam-se os dias em que via a minha mãe a lavar e a passar, sem descanso. Ela arranjou um trabalho com um salário decente e reais responsabilidades. O livro não só mudou a sua vida, como lhe deu a possibilidade de uma vida com mais escolhas.

Em 1993 Friedan atacou o envelhecimento com a obra "The Fountain of Age." Tendo-se tornado consciente de como as pessoas mais velhas são estereotipadas e tratadas, ela pegou novamente nos seus instrumentos de cartografia e tentou mapear a vida depois dos 60.

Vi Betty pela última vez no Verão passado. Fui a sua casa em Long Island, tal como fazia frequentemente. Tinha um olhar distante. Preocupada em saber se estaria bem, aproximei-me com cuidado. A sua face iluminou-se quando me viu e disse em voz forte: "Leste o New York Times hoje? Olha para a confusão que esse homem horrível (Bush) está a fazer em relação a tudo!" Apontou-me o dedo e perguntou: "E vocês, o que é que pensam fazer exactamente sobre isso?"

Vi que os meus receios não tinham fundamento e que a cabeça dela continuava a funcionar. Porém, nesse momento não me dei conta de que fora a primeira vez que ela não dizia: "O que é que vamos fazer?"

A História lembrará a sua morte como a perda da mãe fundadora do movimento contemporâneo de mulheres, co-fundadora de muitas organizações nacionais de mulheres, uma mulher por vezes acutilante mas também amigável. Espero que ela seja lembrada como a nossa cartógrafa, cuja herança deve viver na nossa busca incessante de terras não descobertas – para que então as possamos mapear o melhor que pudermos e com urgente deliberação.

Alida Brill é uma feminista e crítica social, tendo publicado, entre outros, os seguintes livros: "Dimensions of Tolerance: What Americans Believe about Civil Liberties" e "A Rising Public Voice."

*14/03/2006, Alida Brill, Women's Media Center
<http://www.alternet.org/story/31882/>*



Fórum Mulher capacita membros e rede de formadores

No âmbito das actividades de inserção dos membros da rede de formadores juniores em trabalhos práticos de consultoria, o Fórum Mulher promove uma avaliação institucional em três das suas associações membros, nomeadamente AVIMAS, PROMUGE E ASSOMUDE.

Os membros da rede são monitorados e supervisionados pelos formadores seniores do Fórum Mulher. Este projecto constitui um processo dinâmico, na medida em que os formadores são chamados a estudar essas instituições em termos de identificação das suas fragilidades e potencialidades de forma a desenvolverem mecanismos de superação de eventuais problemas que possam enfrentar.

De realçar que, também no mesmo âmbito, o Fórum Mulher realizou uma acção de formação em Lei da Família e HIV/SIDA com o intuito de prover aos membros, instrumentos de orientação para análise de casos reais decorrentes da vida quotidiana e que necessitem desta abordagem explicativa.

Este curso de formação, para além de capacitar os membros da rede em termos de especificidades da Lei da Família, procedeu também a uma análise da problemática do HIV/SIDA no concernente as dificuldades enfrentadas pelos portadores desta doença quer na ausência de assistência médica, apoio jurídico e inserção social.

Segundo as facilitadoras, esta formação irá permitir um maior entrosamento entre o conhecimento sobre a Lei da Família e sua aplicação na resolução de casos derivados de discriminação e estigmatização de pessoas portadoras de HIV/SIDA.

In: Boletim Informativo Mensal do Fórum Mulher, nº 35, Novembro/2005



Outras Vozes

Registado sob o nº 008/GABINFORM-DE/2003

Propriedade: WLSA Moçambique

Presidente da Assembleia Geral:
Fernando dos Reis Ganhão

Presidente do Conselho Directivo:
Eulália Temba

Direcção e Redacção:
Rua Padre António Vieira, nº 68, Maputo

Impressora:
CIEDIMA
Rua Consiglieri Pedroso, 366
Maputo

Editora:
Maria José Arthur

Revisora linguística:
Bertina Oliveira

Participaram nesta edição:
Rafa Valente Machava
Palmira Velasco

As fotos reproduzidas nesta edição são da autoria de Tineke Dhaese, OXFAM Bélgica

**Boletim Trimestral
Distribuição Gratuita
2.000 ex.
Maputo, 2006**

**Tel./Fax: 21 415811
wlsamoz@tropical.co.mz
boletimwlsa@tropical.co.mz**